



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CURRÍCULO ESCOLAR

BRUNA SIQUEIRA DOS SANTOS FRANÇA

Belo Horizonte, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

CURRÍCULO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão de curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Dr^a. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA SIQUEIRA DOS SANTOS FRANÇA

CURRÍCULO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso TCC apresentado em _____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Avaliador

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Orientador

Prof. Nome Completo – Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sua infinita misericórdia e amor que tens com a minha vida e por ter me concedido à oportunidade de fazer o curso e de ter uma vida repleta de bênçãos. Aos meus pais pelo incentivo, meus familiares e amigos que acreditaram em mim e também aos mestres que nos orientaram para que esse sonho fosse realizado.

Obrigada a todos.

EPIGRAFE

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sobre Currículo Escolar, que visa à gestão democrática como um eixo que norteia todo o trabalho pedagógico e administrativo. Foram observados os aspectos que o currículo foi discutido dentro do Projeto Político Pedagógico - PPP e a forma que foi determinado pela Secretaria de Educação de Ribeirão das Neves. Assim, as reflexões estabelecidas se pautaram a partir das definições de currículo por alguns teóricos e pesquisadores e também como ele funciona no dia a dia de uma instituição escolar com os propósitos de favorecer a formação humana e cidadã.

Palavras chaves: Currículo, gestão democrática, conteúdos e formação humana.

SUMÁRIO

Introdução	8
Currículo Escolar	
1.1 O currículo e a formação humana.....	9
1.2 O Currículo e sua sistematização	11
Considerações Finais.....	13
Referencias Bibliográficas	14
Anexo –PPP E.M. Luiza Augusta Guimarães.....	16

INTRODUÇÃO

Entende-se por currículo escolar algo que contemple tudo que o aluno deverá aprender ao longo do ano letivo, práticas que serão desenvolvidas de acordo com a realidade dos alunos e demandas que aparecerão no processo de aprendizagem do mesmo, ou seja, o currículo é o que sustenta a organização escolar ele é o que dá vida à escola (RIBEIRO, 1993).

Nesta mesma perspectiva, a denominação de currículo escolar, numa comparação com o corpo humano, é entendida de acordo com o texto de Silva (2006, p. 1) “como o coração da escola”. Esta concepção apresenta o currículo como impulsionador, pois a partir de suas definições previstas no Projeto Político Pedagógico - PPP que se decidem quais as metas, expectativas, organização de espaços e tempos, aprendizagem e avaliação que nortearão atividades educativas.

Com esta percepção, o currículo da E.M. Crescendo em Conhecimento¹, foi organizado dentro das concepções do Projeto Político Pedagógico contemplava como princípios do currículo as ações educativas capazes de promover a formação ampla do estudante. Desta maneira, o currículo foi pensado de modo a contribuir no processo cognitivo do educando, corroborando ainda com o pensamento de Silva (s/d, p.1) “que o currículo é muito mais que um conjunto de saberes, mas dentro dele pulsa e se mostram as mais diversas potencialidades em meio a reações manifestadas pelos alunos.”

Moreira e Silva (2000) argumentaram que o currículo não é neutro, pelo contrário ele é marcado por ideologias, que reafirmam a filosofia da escola. Nesta lógica, para que haja uma aprendizagem significativa é necessário haver também uma gestão democrática entendendo que o currículo é alterável diante dos interesses pedagógicos e para que o currículo não fique restrito somente nos conteúdos programáticos, mas que busque novos meios para que ensino possa ser aplicado.

A escola é um espaço participativo, no qual é trabalhada a democracia, a fim de objetivar a cidadania e a autonomia expressada nos textos legais, principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB9394/96:

¹ Nome fictício

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (BRASIL, 1996).

Com esta compreensão, o currículo deve ser uma via de mão dupla, pois ele abrangerá as vivências da criança, como também as metas estabelecidas pela escola e pelos órgãos públicos. Assim, a escola pode ser pautada em instrumentos legais e normativos como a LDB que privilegia a autonomia no desenvolvimento do currículo.

O CURRÍCULO ESCOLAR

1. O Currículo e a formação humana

A palavra “currículo” é muito conhecida para os educadores como uma forma de organização. Ela provém de uma concepção histórica que é desenvolvida ao longo do processo educativo, sendo frequentemente denominada como conteúdos a serem ensinados e aprendidos e experiências vividas pelos alunos. De acordo com Moreira e Candau (2006) o currículo é um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos como intenções educativas.

Em 2012, a rede municipal de educação de Ribeirão das Neves, implantou uma única grade curricular o CEALE (Centro de alfabetização, leitura e escrita) e CBC (Conteúdo Básico Comum) que contempla o ensino fundamental. Nesta grade buscam-se alcançar os eixos e as capacidades para serem trabalhados e as disciplinas curriculares, de modo a diminuir o fracasso escolar e melhorar o desempenho nas avaliações externas do Estado de Minas Gerais. (SEE/MG, 2010).

Contudo, outras reflexões foram feitas na escola para que o conhecimento não seja somente uma aquisição individual, mas o desenvolvimento da pessoa na vida em sociedade.

Assim, foi reelaborado com todo o grupo docente o PPP da instituição, no qual iria nortear todo o trabalho pedagógico e social. Segundo (OLIVEIRA, s/d, p, 1) “[...] o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.”

No entanto, muitas têm sido as dificuldades de alguns profissionais em adequar o currículo estabelecido com o PPP, pois o mesmo deve ser diversificado e múltiplo com o objetivo de atender as diferentes realidades sociais e pedagógicas existentes no espaço escolar.

A questão do múltiplo, do plural, do diverso, bem como das discriminações a ela associados, passam a exigir respostas, no caso da educação, que preparem futuras gerações para lidar com sociedades cada vez mais plurais e desiguais. Cobra-se da educação e, mais especificamente do currículo, grande parte daquelas que são percebidas como medidas para a formação de cidadãos abertos, tolerantes e democráticos. (CANEN, 2002, pág. 175-176).

Foi necessário compreender que cada indivíduo traz consigo, uma história sócio-cultural em que são manifestados no contexto escolar, assim, os profissionais da escola deve se preocupar com a evolução da humanidade, com as novas características de alunos que estamos formando em meio a tanta tecnologia e saberes democráticos e sociais, levando-o a ser um sujeito crítico e autônomo em que a escola deverá ser uma mediadora na socialização do conhecimento no qual irá se difundir nas diferentes camadas sociais.

Seguindo a matriz curricular que foi elaborada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais - SEE/MG e pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG, adotada como matriz oficial do município de Ribeirão das Neves, os professores da E.M. Crescendo em Conhecimento tiveram que repensar em uma nova metodologia, para que o currículo levasse em conta as metas que o PPP contemplava para uma formação humana e democrática.

Assim, foram proposto projetos como os de reforço escolar e também projetos que são desenvolvidos com a comunidade para que o conhecimento não fosse

somente o do cotidiano, mas aquele que se importa com as realidades dos alunos e um currículo que contemple o desenvolvimento formal para o uso prático na sociedade.

[...] considera as variações evolutivas dos alunos, suas histórias pessoais/familiares, suas experiências, seu ritmo, sempre procurando compreender e atender cada um em suas diferenças, mas sem perder de vista sua inclusão na sociedade como cidadão de direitos e deveres e, portanto, como protagonistas na vida coletiva. (SILVA, s/d, p.2).

Dessa forma, em consonância com o pensamento da autora supracitada, a escola refletiu sobre os conteúdos programáticos estipulados pela SMED de Ribeirão das Neves, no qual buscou meios para que o currículo fosse adequado a realidade do aluno sem perder os objetivos definidos no PPP de construir uma sociedade democrática que procura a emancipação no desenvolvimento intelectual do aluno e comunidade escolar.

1.2 – O currículo e a sua sistematização

Muito foi discutida na elaboração do PPP da E.M. Crescendo em Conhecimento, sobre a sistematização do currículo no espaço escolar. Concluíram que a implantação da matriz curricular do Ceale e também do CBC era algo imposto sem alternativas de flexibilidade.

No entanto, as propostas que a presente matriz caracterizava e também os objetivos que a escola propôs como metas a serem superadas estavam em reciprocidade. Compreendo que tanto as orientações legais da SEE, quanto o PPP da escola tinham como objetivo o sucesso na leitura e na escrita baseada nas concepções de Magda Soares, (2008) fundadora CEALE Fae/UFMG. E neste sentido, buscavam em conjunto a qualidade do ensino e cidadania. Nota-se que para a formação humana e social era necessário à sistematização de alguns conteúdos programáticos, visando o reconhecimento das histórias e tempos passados no intuito de colaborar para a

formação acadêmica do indivíduo. Soares (2008) refletiu que este processo promove o desenvolvimento social e cognitivo da criança.

Assim, os docentes compreenderam que o esvaziamento do currículo sistematizado seria altamente prejudicial para a formação das gerações futuras. Foi proposto então, resgatar concepções pedagógicas que objetiva a aprendizagem dos conteúdos historicamente produzidos fazendo uma relação entre os assuntos contemporâneos vividos pela sociedade atual, em que cada um seja produtor de uma nova realidade, conhecendo os fundamentos da história da sociedade e da natureza que segundo Moreira e Silva (2000, p.8) temos que compreender o currículo como um processo mutante, pois “Não é um elemento transparente e atemporal, ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”. Logo, a escola não pode ser vista como uma simples reprodutora de conhecimentos, mas sim como uma mediadora entre os conhecimentos já reproduzidos ao longo das gerações e adquiridos por cada sujeito crítico dentro da instituição de ensino.

Desta maneira a instituição deve privilegiar dentro do currículo a formação humana e a formação democrática, oportunizando as novas concepções e idéias de ensino.

[...] o currículo é aquilo que dele se faz, mas nossa imaginação esta agora livre para pensá-lo através de outras metáforas, para concebê-lo de outras formas, para vê-lo de perspectivas que não se restringem [...] (SILVA, 1999, p.147).

Com este entendimento, a referente escola começou a observar o que mais era necessário pra que os alunos de sentissem seguros no que diz respeito à aprendizagem. Começou-se então uma busca por todos da instituição para que os alunos pudessem adquirir conhecimentos necessários para a vida social. Isso se deu através de projetos, nos quais a participação da comunidade era essencial para a valorização do saber do indivíduo.

Os conteúdos programáticos já estipulados pela SMED foram se entrelaçando nas realidades da comunidade dando ênfase a uma educação coletiva e democrática levando-se em conta a história de vida de cada integrante do espaço escolar.

Considerações Finais

Definir currículo é algo que ultrapassa os conteúdos de uma escola, mas define direções a serem seguidas, propiciando escolhas e alternativas para um melhor resultado.

Assim, entende-se que o currículo escolar deve sim se atentar para o aprender individual, mas também o conhecimento adquirido por toda uma trajetória social.

Algumas reflexões sobre o conceito de currículo segundo (MOREIRA e SILVA, 2000) é que nas escolas não se aprende somente conteúdos para o mundo social, mas também o sujeito pode adquirir consciência que comanda as relações na sociedade.

Portanto, o currículo deve salientar as decisões dentro de um grupo, a fim de emancipar a formação humana, democrática e cidadã de todo indivíduo, não sendo somente uma ferramenta de reprodução, mas sim de criadores de conhecimento que oportunizam a uma educação de qualidade e de formação de identidade de sujeitos, raças, gêneros (GOODSON e SILVA, 2005).

Perante a reflexão realizada constatamos que a escola se adequou ao PPP e possui um currículo que condiz com os conteúdos programáticos determinados pela SMED, se empenhando para que o aluno tenha um ensino adequado com a realidade vivenciada buscando os princípios da educação básica.

Diante do que foi refletido na perspectiva do currículo na E. M. Crescendo em Conhecimento, avalio que o currículo seja o grande transformador do trabalho pedagógico, pois ele é impulsionador da escola. E como afirma Silva (1999) o desenvolvimento do currículo cria o seu próprio trajeto e sua identidade. Desta forma, a E. M. Crescendo em Conhecimento, ao repensar o seu currículo também se fortaleceu enquanto instituição, que tem entre os seus propósitos a finalidade de transformar a educação.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 29 de maio de 2013.

CANEN, Ana. *Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio*. In: LOPES, A. C. & MACEDO, E. (Orgs.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002. Volume 2.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: Teoria e História*; tradução de Atílio Brunetta; revisão da revisão da tradução: Hamilton Francischetti; apresentação de Tomaz Tadeu da Silva – Petrópolis, RJ: Vozes, 7ª ed., 2005.

MOREIRA, Antônio. Flavio e SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Currículo, cultura e sociedade*. 4 ed. São Paulo: 2000. Cortez.

MOREIRA, Antonio Flavio e CANDAU, Vera Maria. Secretaria de Educação Básica (ORG.). *Currículo, Conhecimento e Cultura*: Documento em versão preliminar. 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola*. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/. Acesso em 26 de junho de 2012.

_____: Resolução nº7, de 14 de Dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992. Acesso em 27 de Junho de 2013.

RIBEIRO, Victoria. M. B. *A construção do conhecimento, o currículo e a escola básica*. Em Aberto, Brasília, ano 12, n. 58, abr./jun.1993. <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/858/770>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

SILVA, Maria Beatriz Gomes, da. *Organização Curricular da escola e Avaliação da Aprendizagem*. Disponível em <http://cenfopciencias.files.wordpress.com/2009/11/organizacao-curricular-da-escola-e-avaliacao-da.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2008.

ANEXOS



escola de **gestores**
da educação básica

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES**



**ADRIANA DE JESUS TORRES MAIA
BRUNA SIQUEIRA DOS SANTOS FRANCA
DANIELA DO CARMO PEREIRA
SANDRA MARIA DA COSTA REZENDE**

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2013

ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andrea Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Identificação da escola	5
Características da instituição	6
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
3. CURRÍCULO	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7. AVALIAÇÃO	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A instituição escolar como berço educativo da sociedade deve partir dos princípios da igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério para que em âmbito escolar seja real a condição de acesso e permanência com iguais condições para todos os inseridos no processo de ensino/ aprendizagem.

Diante disso, para concretizar os objetivos e metas que a escola deseja alcançar é necessário elaborar um documento contendo o conjunto de ações e aspirações da escola. Esse documento que denominamos projeto político pedagógico (PPP).

O PPP irá nortear e acompanhar o processo educativo, bem como as decisões administrativas. Deve contemplar o conjunto de princípios que identificarão a escola: sua missão, clientela, dados sobre aprendizagem dos alunos, relação com a família, recursos e diretrizes pedagógicas, plano de ação, etc.

Conceitualmente se define PPP como:

É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.” (Lopes, 2010)

Dessa forma:

O PPP deve ser um documento que mostre de fato a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Deve considerar a escola como espaço de construção coletiva, direcionar sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (Oliveira, 2010, pag.1)

Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SMED) iniciou-se a reelaboração do PPP da escola, tendo em vista as várias mudanças pelas quais a mesma havia passado, no sentido de que, muitas das respostas para os problemas do dia-a-dia, deveriam ser repensados. Partiu-se do princípio de que é extremamente relevante pensar na função social da escola, buscando um trabalho pedagógico que promova a

socialização da cultura, de forma que a escola fosse considerada um campo de possibilidades, de ação/reflexão/ação devido à sua dinamicidade.

A direção e as pedagogas da escola participaram de cinco reuniões de capacitação promovidas pela SMED para implantação / reestruturação do PPP.

Posteriormente durante os módulos pedagógicos foram realizadas discussões com a participação da comunidade escolar. Nesses momentos foram abordadas questões como: a importância do PPP, marco referencial (processo de execução), fundamentação teórica, diagnóstico e possíveis dúvidas. O primeiro debate teve como foco o marco situacional (a realidade global existente) conhecendo os conflitos e contradições da comunidade, no segundo debate o marco doutrinal (a realidade global desejada), a concepção da educação e a formação social do ser humano e no terceiro momento o marco operacional (a realidade desejada do campo de ação da instituição) quando foram implantadas as decisões e objetivos pré-definidos coletivamente.

Percebe-se que as pessoas envolvidas nesse processo, comunidade, alunos, docentes, coordenação e direção demonstraram comprometimento com a educação e com novas propostas pedagógicas para atuarem efetivamente buscando a qualidade educacional, acesso e permanência.

Identificação da escola

Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães localiza-se na Avenida Elvis Aron Presley, nº 76- Bairro Neviana, Ribeirão das Neves, telefax: 3624-7955, e-mail: escolalag@yahoo.com.br.

A Escola foi criada pela Lei Municipal nº 746/86, de 27 de junho de 1986, justificada pela necessidade de atendimento a demanda existente, evitando-se a caminhada de 4 km (ida e volta) em via de acesso perigosa, que havia provocado a morte de um aluno. Foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1987, atendendo 140 alunos de 1ª a 4ª série com o objetivo de prestar assistência à comunidade local. É uma entidade de direito público, que tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.

Características da Instituição

Esta instituição de ensino oferta o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), os programas “Mais Educação” e “ Escola Aberta” de iniciativa do Governo Federal, implantados no ano de 2009.

No Ensino Fundamental atende cerca de 800 alunos, a EJA possui aproximadamente 80 estudantes e o Programa Mais Educação em torno de 80 alunos. Nos finais de semana oferece através do Programa Escola Aberta diversas atividades desportivas e culturais a toda a comunidade.

Para compor o grupo docente a escola possui uma diretora e duas vice-diretoras, quatro especialistas, cinquenta e quatro docentes, quatro secretárias e uma bibliotecária. O serviço de limpeza, portaria e cantina é terceirizado pela empresa CONSERVO.

A escola possui 15 salas de aulas, 01 sala onde é realizado o projeto de alfabetização (PROALE) esta intervenção é feita por um professor extra, 01 sala de informática com 06 computadores, 01 sala para professores, 01 sala para coordenação pedagógica, 01 sala para secretaria, 01 sala para direção escolar, 01 sala onde funciona a reprodução de material (xérox), 01 sala multifuncional para atendimento dos alunos de inclusão das escolas da região, 01 sala para montagem do laboratório, 03 banheiros de uso dos funcionários, 02 banheiros de usos dos alunos, 01 refeitório, duas quadras, 01 biblioteca.

Temos em nosso acervo os seguintes equipamentos: 04 televisores, 04 aparelhos de dvd, 03 caixas acústicas, 02 notebooks, 09 computadores, 07 impressoras, 01 máquina de Xerox, 03 datashow, 04 microssistem, 01 filmadora, 01 máquina fotográfica, 01 teclado musical. Como recursos pedagógicos a escola adquiriu diversos jogos: dama, xadrez, jogos da velha, futebol, dominós, quebra-cabeça, perfil, dentre outros.

A instituição atende as comunidades dos bairros Neviana e Jardim Colonial. Percebe-se que a comunidade encontra-se em situação de risco social. Os bairros oferecem poucas opções de lazer e cultura. Alguns alunos vivem em situação de

abandono, pois os pais trabalham diariamente e não possuem condições de acompanhá-los.

Diante disso, a escola propõe convergir seus esforços para consolidar uma ampla integração com a comunidade e as famílias, pois considera primordial no processo de ensino aprendizagem a participação efetiva dos mesmos. Segundo Polônia e Dessen (2005, p.304):

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (Leite & Tassoni, 2002). A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Portanto durante todo o ano letivo são realizados eventos sócio-culturais como: Festa da Família, Festa Junina, Mostra Cultural, reuniões para apresentação e avaliação do trabalho realizado pela escola no intuito de promover uma aproximação maior entre família/escola e contribuir para um melhor aprendizado e desenvolvimento dos alunos.

FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 tem como finalidade formar e construir uma sociedade justa, igualitária, de valores e conhecimentos, ajudando no desenvolvimento integral dos alunos e comunidade, garantindo o direito de acesso e permanência e gratuidade do ensino.

Considerando que a escola é um espaço democrático e participativo tem como um de seus objetivos proporcionar o exercício de uma cidadania emancipadora, autônoma, inclusiva, transparente e que respeite à pluralidade cultural. Dessa forma, dialoga com a LDB em seus art. 2º e 3º:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

A escola também tem como foco ser um espaço propício para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. E assim com base na Resolução Municipal 001/2013 adotará como ação norteadora os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e nevensense e da construção de identidades plurais e solidárias.

Portanto a escola é antes de tudo um espaço educacional capaz de propiciar aos seus atores o conhecimento de seus deveres e direitos fazendo valer seus interesses econômicos, políticos e sociais. Assim, sua apropriação do saber social adquirido num conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a construção de uma formação crítica cidadã, contribuirão para sua transformação histórica

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para cumprir suas finalidades, a Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães funciona com a seguinte estrutura administrativa e pedagógica.

Diretora Escolar	01
Vice-Direção	02
Pedagogas	04
Secretárias	04
Bibliotecárias	01
Corpo Docente	54
Auxiliares de Serviços Gerais	05
Cantineiras	05
Porteiros	02
Monitores de Projetos	17
Estagiárias de Inclusão	04

A escola atende 411 alunos no primeiro turno e 376 no segundo turno, em 04 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados de blocos pedagógicos, ou seja, 03 anos (Ciclo de Alfabetização- 1º, 2º e 3º ano), 02 anos (Ciclo Complementar – 4º e 5º ano), 02 anos (Ciclo Intermediário – 6º e 7º ano) e 02 anos (Ciclo da Consolidação – 8º e 9º ano), conforme tabela abaixo:

Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano

ANO	TURMA	Nº DE ALUNOS
1º	Adélia Prado	30
2º	Castro Alves	16
2º	Jorge Amado	19
3º	Graciliano Ramos	22
3º	Mario Quintana	28
4º	Machado de Assis	26
4º	Eça de Queiroz	21
4º	Olavo Bilac	18
5º	Carlos Drummond	34

5º	Manuel Bandeira	31
6º	Guimarães Rosa	28
6º	José de Alencar	26
6º	Vinicius de Moraes	25
6º	Herbert de Souza	27
6º	Cecília Meireles	25

Turno da Manhã (1º turno)

ANO	TURMA	Nº DE ALUNOS
6º	Adélia Prado	32
7º	Guimarães Rosa	30
7º	José de Alencar	27
7º	Vinicius de Moraes	26
7º	Herbert de Souza	26
7º	Cecília Meireles	26
7º e 8º(PAT)	Olavo Bilac	26
8º	Castro Alves	28
8º	Jorge Amado	27
8º	Graciliano Ramos	28
8º	Mario Quintana	27
9º	Eça de Queiroz	29
9º	Machado de Assis	27
9º	Carlos Drummond	27
9º	Manuel Bandeira	25

De com o Regimento escolar implementado pela SMED de Ribeirão das Neves no ano de 2012, foram estabelecidas as atribuições de cada funcionário de acordo com a organização do cotidiano escolar.

Compete à Diretora:

- Planejar todo trabalho escolar;
- Organizar, coordenar, controlar e avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos na Instituição;
- O diretor, terá função específica sendo articulador político, pedagógico e administrativo da escola.

- Administrar o patrimônio da escola, que compreende as instalações físicas e equipamentos materiais;
- Coordenar a administração financeira e a contabilidade;
- Coordenar a administração dos funcionários;
- Favorecer a gestão participativa;
- Gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos;
- Orientar o funcionamento da secretaria
- Participar de atendimento escolar no município;
- Representar a escola junto aos demais órgãos do município;
- Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do plano de desenvolvimento da escola;
- Elaborar e executar a proposta pedagógica da escola, juntamente com a comunidade escolar;
- Garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, evitando a evasão e trabalhando na busca de seu aperfeiçoamento pedagógico, sempre com vistas ao sucesso escolar, entre outros.

Compete ao Vice-diretor:

- Auxiliar o diretor na administração da escola;
- Substituir o diretor em sua ausência;
- Manter o diretor informado sobre a vida escolar e a administrativa;
- Zelar pela boa ordem e disciplina da escola;
- Controlar a pontualidade e assiduidade dos servidores, entre outros.

Compete ao secretário:

- Atender as solicitações dos órgãos competente no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;

- Manter atualizada toda a documentação do estabelecimento sob sua responsabilidade;
- Zelar pela boa ordem da documentação escolar;
- Informa e atender o pessoal docente, discente e administrativo da escola;
- Expedir certidões ou quaisquer documentos oficiais da escola;
- Participar das reuniões do estabelecimento responsabilizando-se pela elaboração das atas quando solicitada pelo diretor, entre outros.

Compete ao responsável pela biblioteca:

- Organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro, do vídeo, do retro projetor, assegurando ao usuário um ambiente propicio à reflexão e estimulando-os á criatividade e à imaginação;
- Zelar pela conservação do acervo da biblioteca, orientando o usuário, docente e discente com vista à adequada utilização desse acervo;
- Promover atividades individuais e/ou coletivas especialmente as que estimulem os alunos a escreverem textos, entre outros.

Compete às pedagogas:

- Coordenar o planejamento e implantação do projeto pedagógico da escola, tendo em vista a diretrizes definidas no plano de desenvolvimento da escola;
- Participar da elaboração do plano de desenvolvimento da escola;
- Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar, entre outros.

Compete ao Docente:

- Realizar o trabalho com a turma, garantindo o cumprimento dos objetivos da educação sistematizada;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

- Coordenar os processos de ensino, responsabilizando-se pela disciplina em sala de aula, zelando pela aprendizagem dos alunos;
- Participar ativamente das atividades de articulação da escola com as famílias e a sociedade, comparecer as atividades de caráter cívico, cultural e social promovidos pelo estabelecimento;
- Promover a avaliação contínua do aluno e da turma afim de orientar e planejar o trabalho docente;
- Ministras os dias letivos e horas aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Tratar cada aluno com cordialidade e respeito;
- Elaborar os planos de aula, de acordo com o programa da unidade escolar;
- Organizar o trabalho com cuidado especial de forma a atender as diferenças individuais de todos os alunos;
- Debater com seus alunos os resultados das avaliações;
- Estabelecer estratégias de recuperação paralela para os alunos de menor rendimento;
- Levar o conhecimento dos responsáveis pelo turno as faltas não justificadas dos alunos.

CURRÍCULO

Entende-se que o currículo deve ser um conjunto de aprendizagens que levam a criação de conhecimentos significativos, não sendo somente uma organização de conteúdos, mas uma relação de poder entre professor e aluno e também de classes sociais, demandando uma necessidade de padronização do conhecimento a ser ensinado.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los,

portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Sendo assim a E. M. Luiza Augusta Guimarães, busca em seu cotidiano traçar estratégias para alcançar expectativas que solucione as demandas curriculares que são exigidas pelos órgãos públicos dando ênfase a uma educação de qualidade.

De acordo com a Resolução 001/2013 que dispõe, sobre a Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais de Ribeirão das Neves, estabelece como currículo a seguinte definição:

Art. 31 O currículo da Educação Básica configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando.

§ 1º Na implementação do currículo, deve-se evidenciar a contextualização e a interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

§ 2º A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos.

Segundo as definições de Lalande (1993), o currículo serve para direcionar e operar as decisões de forma coletiva num tipo de homens organizados, ou seja, o currículo se dá em meio a uma construção coletiva e a uma educação democrática.

As escolas Municipais de Ribeirão das Neves seguem um modelo curricular que é padronizado pelo Ceale (Centro de Alfabetização, leitura e escrita) e também o CBC (Conteúdos Básicos Comuns) que foi proposto pela Secretaria de Educação do município sendo o primeiro aplicado nos anos iniciais e o segundo aplicado nos anos finais do Ensino Fundamental. Esses modelos curriculares buscam compreender e intervir nas diferentes realidades dos educandos, entendendo que eles também são os próprios criadores do conhecimento a partir das experiências vividas. Diante disso a escola segue a seguinte estrutura curricular:

Art. 24 Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

a) Língua Portuguesa;

b) Língua Estrangeira moderna (Inglês);

c) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;

d) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza.

IV - Ciências Humanas:

a) História; b) Geografia; (Resolução 001/2013 Ribeirão das Neves)

Através do acesso aos documentos do Ceale e do CBC é realizado um planejamento anual, que tem como objetivo orientar o trabalho do professor no desenvolvimento das aulas.

O planejamento, com todos os seus componentes, é um guia para o professor e para os alunos e não uma predeterminação rígida das atividades educativas que devem ocorrer na sala de aula.

Na concepção do trabalho da Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães o planejamento é fundamental. Ele é um elemento estratégico para organização das ações docentes, que se caracteriza pela intenção de alcançar o máximo de sucesso possível no trabalho educativo, mediante a seleção cuidadosa das atividades, do material necessário, dos esforços, do tempo disponível e dos objetivos a serem alcançados, sendo trabalhados assuntos diversificados e interdisciplinares conforme estabelece a Resolução 001/2013 do município. Lembramos que esse planejamento é flexível, seus objetivos incorporam as necessidades, interesses e projetos surgidos no desenvolvimento. O objetivo do currículo dentro da escola opera-se de forma a criar situações favoráveis para o educador e o educando, pois através dele se tem uma nova forma de aprendizagem a partir da realidade vivida.

Portanto, através do PPP, a escola como uma instituição de ensino que prioriza a construção coletiva do conhecimento, busca organizar o currículo de forma a viabilizar uma maior interdisciplinaridade, assegurando a livre comunicação entre todas as disciplinas.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães oferta o ensino fundamental (turnos matutino e vespertino), a educação de jovens e adultos (noturno), os programas Mais Educação e Escola Aberta à comunidade dos Bairros Neviana e Jardim Colonial. Considera que a instituição escolar deve ser entendida enquanto espaço sócio – cultural. E diante disso, compreende seus alunos e professores como agentes sócio - culturais, ou seja, sujeitos que de acordo com Dayrell (2006, pag. 159) são sujeitos sociais que vão reproduzindo e elaborando uma própria cultura.

Ainda de acordo com Dayrell (2006, pag. 160) “a escola propõe ser um espaço de formação ampla do aluno, aprofundando seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos”. Pois assim, o acesso ao conhecimento, às relações sociais, às experiências culturais diversas podem contribuir como suporte no desenvolvimento singular do aluno como sujeito sócio- cultural, e no aprimoramento de sua vida social.

Dessa forma, a escola busca promover um ambiente escolar que favoreça a autonomia, as trocas de experiências encorajando os alunos a pesquisarem, buscarem soluções, explorarem possibilidades, levantarem hipóteses, justificarem seus raciocínios, validando assim suas próprias conclusões diante da realidade que os cerca.

Nesse ambiente escolar os erros fazem parte do processo de aprendizagem, devendo ser explorados e utilizados de maneira a gerar novos conhecimentos, novas questões, novas investigações.

Os espaços escolares serão vistos pelos alunos como um lugar que tenha sentido para eles, para que possam se engajar em sua própria aprendizagem. De forma que a sala de aula seja um espaço de trabalho estimulante, acolhedor, organizado e alegre. E assim, a organização trabalho na realização das atividades coletivas e /ou individuais garantirá que os alunos se sintam estimulados a participar ativamente.

O Ensino fundamental possui duração de 09 anos, é regulamentado pela Lei nº 11.274/2006 que altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da LDB Nº 9394/1996. Esta etapa da educação básica tem suas diretrizes curriculares nacionais fixadas pela

Resolução CNE/CEB Nº7/2010 e pelo Parecer CNE/ CEB 11/2010, que visam à melhoria da qualidade de ensino com a garantia de acesso e permanência na escola.

De acordo com a Resolução 001/13 do Município em seu art. 21 o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, é estruturado da seguinte maneira:

- I – Ciclo de Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II – Ciclo Complementar, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade; 4º e 5º ano;
- III – Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;
- IV – Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Considerando ainda a Resolução 001/13 a escola entende que:

Art. 22 Os Ciclos de Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, como foco na alfabetização e letramento, ampliando as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Art. 23 Os Ciclos Intermediário e da Consolidação devem ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

As aulas do primeiro turno iniciam-se às 07:00 horas e terminam às 11:40 horas. Cada aula possui a duração de 53 minutos e são destinados 15 minutos para recreio, não ocorrendo descontos no tempo para troca de horários dos professores.

No turno da tarde as aulas iniciam-se às 13:00 horas e terminam às 17:30 horas para os alunos do 1º ao 5º ano. Os alunos do 6º entram as 13:00 e saem as 17:40 horas. As aulas também possuem duração de 53 minutos. Entretanto, para uma melhor organização do turno, os alunos são divididos de acordo com suas faixas etárias durante a realização dos recreios.

Quinzenalmente acontece na escola os módulos pedagógicos, pré – estabelecidos pela SMED de acordo com o calendário escolar. Durante a realização dos módulos o corpo docente juntamente com coordenação pedagógica realiza atividades como:

- Planejamento;
- Formação continuada;

- Organização do trabalho coletivo;
- Elaboração de projetos;
- Realização de oficinas;
- Análise dos resultados das avaliações internas e externas;
- Elaboração de planos de intervenção;
- Discussão de leis referentes e relevantes a educação e ao contexto no qual a escola e os professores estão inseridos (Regimento Escolar/PPP/ PDE);
- Reflexão sobre as ações desenvolvidas.

É relevante ressaltar que as reuniões pedagógicas constituem-se em importantes espaços de interatividade num processo de ação- reflexão- ação como base para a estruturação pedagógica da escola.

Quanto ao sistema avaliativo, os alunos durante os bimestres têm novas oportunidades de recuperar os pontos perdidos através de recuperações paralelas. Ao final do ano os alunos que não conseguiram alcançar a média necessária para aprovação participam da recuperação final, onde o professor revê os conceitos trabalhados durante o ano letivo.

A secretaria municipal de educação oferece aos docentes curso de capacitação como: PNAIC – Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa, PIP – Projeto de Intervenção Pedagógica, Pró-letramento, Pro-gestão e Capacitação para Educação Inclusiva. A participação dos professores nos cursos acontece através de inscrições e de acordo com o campo de atuação de cada um.

A educação de jovens e adultos é oferecida no noturno através de curso presencial que tem como objetivo atender alunos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade certa. Funcionando no horário de 18:00 as 21:00 horas com os alunos e das 21:00 as 22:00 horas apenas para planejamento.

Dentre os projetos oferecidos a escola possui o “*Mais Educação*” e o “*Escola Aberta*”.

O Programa Escola Aberta funciona na escola durante os sábados, no horário de 08:00 às 13:00 horas. Este programa possui 01 coordenador e 03icineiros. São

oferecidos à comunidade oficinas de crochê, capoeira, decopagem e esporte, (futebol, vôlei e queimada).

O programa Escola Aberta incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana de unidades escolares publicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno. (Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O Programa Mais Educação é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo:

Fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005 (...) Por esse motivo a área de atuação do programa foi demarcada inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. (...) Para o desenvolvimento de cada atividade, o governo federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. (Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O Programa realiza suas atividades em uma casa alugada próxima à escola. Atendendo 60 alunos no período da manhã e 20 alunos no período da tarde. O programa possui uma coordenadora e 13 monitores que trabalham com as oficinas de capoeira, desenho, ginástica rítmica, pintura e letramento, que auxilia na recuperação dos alunos. O cargo de coordenação é assumido por um professor efetivo da rede em desvio de função. Os monitores são selecionados na própria comunidade, de acordo com as aptidões necessárias a função.

PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão escolar tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas, buscando a participação de todos nos processos de decisões da escola. Para Gonçalves e Carmo (2001 p.22) a administração escolar é diferente de qualquer outra administração e muito mais complexa, pois ela envolve não só as crianças, os pais, mestres e funcionários, mas toda a coletividade e os próprios

interesses nacionais. Busca abranger de modo democrático o exercício do poder, incluindo processos de planejamento, tomada de decisões e avaliação dos resultados alcançados.

Uma gestão democrática exige a compreensão dos problemas postos pela prática pedagógica e administrativa. Dessa forma, todo trabalho administrativo ou pedagógico a ser realizado na escola ocorrerá de forma coletiva. No entanto, cabe ao corpo pedagógico criar mecanismos para garantir a participação de todos.

A escola em que trabalhamos não possui uma gestão totalmente democrática, pois não temos muita autonomia para resolver situações problemas. A direção é um cargo de indicação política e esta imposição muitas vezes dificulta a aproximação da comunidade. Mesmo a escola não tendo total autonomia, a direção busca trabalhar de uma forma mais transparente possível, informando a comunidade escolar sobre o que está sendo feito e o que pretende fazer.

A gestão escolar busca parceria com a comunidade e as famílias, pois considera primordial no processo de ensino aprendizagem a participação efetiva dos mesmos. Segundo Joao Ferreira , Karine Nunes e Luiz Fernandes (sd):

A educação pode se entendida como apropriação da cultura, historicamente produzido pelo homem, e a escola enquanto locus privilegiado de produção sistematizado do saber, isso significa que a escola precisa ser organizada no sentido que suas ações, que devem ser eminentemente educativas, atinjam o objetivo da instituição de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos.

O Conselho Escolar se reúne sempre que convocado para a prestação de contas e em alguns casos internos, que precisam ser resolvidos com alunos e funcionários. A escola buscará esforços para ampliar a participação da comunidade e criar um grêmio estudantil.

RELAÇÕES DE TRABALHO

No início do ano letivo os gestores se reúnem para uma avaliação da administração anterior e verificar o que cada segmento da escola, pode fazer para melhorar sua atuação, revendo a definição de papéis que competem a cada um. Nesse

dia todos ficam cientes de seus deveres e de seus direitos, sempre buscando atitudes solidárias e participativas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que fortaleçam o diálogo.

No dia a dia a escola se depara por situações de conflito onde a mediação do educador é fundamental e assume forma de intervenção para resolver a situação de maneira justa. Em uma situação de conflito entre alunos, as pedagogas ou a direção conversam em particular com os discentes, sendo orientadas oralmente para que a situação não se repita. Quando necessário os responsáveis são chamados para junto com a escola buscar soluções para o problema.

As relações professor/aluno são embasadas na confiança e no companheirismo, que são vitais para o sucesso e a satisfação de ambos. Em situações de conflito, direção e coordenação atuam como mediadores solucionando os problemas que aparecem.

Em situações de conflito entre funcionários da escola, a direção chama em particular e conversa com ambas as partes, fazendo uma ata e registrando o ocorrido.

A gestão incentiva os funcionários a participarem dos cursos de capacitação que são ofertados pela SMED. Consideramos que uma educação de qualidade só pode acontecer quando o professor procura melhorar seus conhecimentos buscando novas formas de ensinar e aprender, contribuindo assim, para seu crescimento pessoal e profissional.

A gestão escolar busca valorizar todos os funcionários que trabalham nesta instituição, lembrando das datas comemorativas e realizando eventos para integrar e unir todos os seguimentos da escola. Apesar das dificuldades surgidas no dia a dia, estamos sempre motivando nossos funcionários, mostrando que eles são importantes na construção de um ambiente tranquilo e produtivo

AVALIAÇÃO

A Escola propõe uma avaliação da aprendizagem de caráter diagnóstica, processual, formativa e continua dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola. Para isso, utiliza-se de vários instrumentos, procedimentos e recursos no intuito de diagnosticar e realizar intervenções

pedagógicas necessárias ao longo do ano letivo, o que possibilita aos educandos adquirir as competências e habilidades necessárias no ciclo de aprendizagem.

Para a avaliação da aprendizagem, os professores utilizam recursos como: a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando. Utilizam a coleta de informações registrando-as através de gráficos e tabelas para o devido acompanhamento do processo de ensino – aprendizagem do aluno, embasado na proposta curricular da escola.

Behrens (2003 p. 89), afirma que o caminho do conhecimento, exige a superação de metodologias que mantêm a ação pedagógica assentada na repetição e na cópia, ou seja, é necessária uma prática pedagógica atuante e pesquisadora que envolva a todos no processo de ensino aprendizagem longe do método tradicional de ler , escrever e repetir.

Apesar dos esforços desta instituição após análise dos diagnósticos internos, constatamos que nossos alunos demonstram baixo rendimento nas mesmas, o que se reflete nas avaliações externas do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE). De acordo com a resolução da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.

Art. 46 A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB - pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção pedagógica. (2013, pág. 13)

Diante do art. 46, a gestão reuniu todos os envolvidos no processo educacional e propôs as ações de intervenção no Plano de Intervenção Pedagógica, solicitando a secretaria Municipal de Educação professoras dos anos iniciais para atuar como interventora nos anos finais, realizando atendimento no próprio turno.

O que cabe ser avaliado na prática educativa? Dada a forma dinâmica e interdependente do trabalho educativo, a pergunta anteriormente apresentada desperta a atenção para a importância das condições físicas, materiais e da postura democrática dos membros da escola. Além disso, a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela

aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores, não-docentes e pais.(Navarro, pag.1)

As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir pedagogicamente, no processo educacional precisam expressar claramente o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem. Este acompanhamento é feito através dos registros que acompanham a vida escolar do aluno como: diário, ficha individual e histórico escolar.

A Escola oferece aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo. São oferecidos estudos periódicos de recuperação ao longo dos bimestres.

Distribuição de Pontos:

1º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

2º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

3º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

4º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

Em cada bimestre serão distribuídos 10 pontos entre avaliação mensal e bimestral e 15 pontos de exercícios e pesquisas propostas pelo professor regente de cada disciplina.

Na recuperação final, com orientação do professor, os alunos realizam um trabalho no valor de 40 pontos e uma prova final no valor de 60 pontos.

O aluno ainda pode utilizar os Estudos independentes caso não consiga a aprovação em todas as disciplinas. Este estudo não conta com a orientação do professor, pois o aluno deve estudar em casa a matéria lecionada durante o ano letivo, comparecendo a escola em janeiro com uma data pré-estabelecida pela SMED para a realização de uma prova no valor de 100 pontos.

Após o aluno concluir todo o processo pode ser matriculado na serie seguinte com progressão parcial em até três disciplinas.

Art. 54 A promoção e a progressão parcial dos alunos do Ensino Fundamental devem ser decididas pelos professores e avaliadas pelo Conselho de Classe, levando-se em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em seu Componente Curricular, de forma isolada, considerando-se os princípios da

continuidade da aprendizagem do aluno e da interdisciplinaridade. (2013, pág. 15)

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados aos pais em até 20 dias após o término de cada bimestre. A entrega das avaliações e dos boletins ocorre durante uma reunião pedagógica, onde os pais recebem orientação individual, juntamente com os educandos caso necessário.

Apesar dos empecilhos constatamos uma elevação do índice ao analisarmos os gráficos e tabelas dos resultados internos e também externos do SIMAVE 2012.

Diante disso, a evolução da prática social educativa demanda de ações sociais efetivas cujas atuações sejam de relevância social, para uma formação integral e cidadã sem lacunas educacionais.

A escola propõe uma avaliação pessoal que orienta e incentiva o profissional na medida em que o mesmo reconhece sua prática de atuação profissional como forma de gerir sua carreira através do registro das informações e dos obstáculos enfrentados no dia a dia.

O diretor como principal articulador educacional precisa ser um defensor da educação, conhecer e acreditar no modelo educacional, incentivando estimulando e gerindo em âmbito educacional as relações de trabalho. Diante disso, no final do ano letivo, precisa dedicar um tempo para sua auto avaliação, a avaliação de sua equipe, os erros e acertos para que seu trabalho seja satisfatório, produtivo e dinâmico, propiciando assim, um tempo de ação/ reflexão/ação do que foi feito em suas mediações e as novas propostas educacionais.

É preciso entender o processo avaliativo como um mapeador das ações da escola junto à comunidade, o que cada um pode fazer para melhorar a visão e a missão institucional, compreender e fazer da melhor forma possível o que lhe compete em âmbito educacional. Dessa forma o PPP busca promover uma articulação entre todos os segmentos da escola e assim, semestralmente serão realizadas reuniões para avaliar e realizar as modificações necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é uma instituição social que tem como objetivos principais a instrução do cidadão e a sua formação. Entretanto, estes objetivos podem ser alcançados com melhor qualidade quando integrados e articulados aos objetivos administrativos.

Por mais que nossa realidade escolar demonstre que há inúmeros problemas a serem superados, acreditamos que as mudanças começarão a serem vislumbradas através da implementação do projeto político pedagógico que visa reorganizar a escola com uma administração participativa, com decisões democráticas dando qualidade em todo o processo de instrução do indivíduo.

Portanto, tendo em vista a riqueza desse projeto iremos implementá-lo de forma coletiva para que todas as propostas e ideias possam ser alcançadas ao longo do trabalho pedagógico, visando buscar dentro do PPP formas para que a educação possa ser de qualidade e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 3ªed. Curitiba: Champagnat, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

_____: Lei nº 11.274, de 06 de Fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

_____: Parecer CNE/CEB Nº:11/2010, de 7 de Julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010.

_____: Resolução nº7, de 14 de Dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992. Acesso em 01 de Maio de 2013.

DAYRELL, Juarez. Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

GONÇALVES, Juçara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. BELÉM /PARÁ. UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA – UNAMA, 2001. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3927&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 10 de Abril de 2013.

LALANDE, André (1993). *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes.

LOPES, Noemia. O que é Projeto Político Pedagógico. In: NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR, Edição 011, Dezembro 2010/Janeiro 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Escola Aberta. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16739&Itemid=811. Acesso em 18 de Abril de 2013.

_____: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Mais Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/. Acesso em 18 de Abril de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/. Acesso em 19 de Outubro de 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes e DOURADO, Luiz Fernandes. *Organização da Educação Escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática*. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12493>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2013.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. *Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola*. In: Revista Psicologia Escolar e Educacional, 2005, Volume 9, Número 2, p.303-312. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciserial&pid=1413-8557&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de Março de 2013.

RIBEIRÃO DAS NEVES, Secretaria Municipal de Educação. Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais. Resolução 001/2013. Ribeirão das Neves.

_____: Resolução 001, de 18 de Fevereiro de 2013. Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais. 2013

_____: Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães. 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição Papirus, 2002 Disponível em: <http://pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/qt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em 01 de Maio de 2013.